



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA**

**ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA,  
DA 13ª LEGISLATURA, EM 14 DE AGOSTO DE 2018.**

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas, na sede do Legislativo Municipal de Igrejinha, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça em Audiência Pública, sob a Presidência do **Vereador Clóvis Claunir Werb** e com a presença dos vereadores João Batista Lopes dos Santos, Carlinhos Michaelsen, Gilmar Pereira da Silva, Neimar Luiz Parreira, Juliano Muller de Oliveira, Carlos Rivelino Karloh, Guto Jardel Scherer e Cláudio Wanderlei Closs para apresentação do Relatório de Gestão da Secretaria de Saúde, referente ao 1º Quadrimestre de 2018. Inicialmente, o Presidente salientou que a Câmara de Vereadores, cumprindo o que determina o Parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, realiza esta audiência pública para demonstrar à comunidade e aos Vereadores o Relatório de Gestão do 1º Quadrimestre de 2018, e para isso, convidou a Senhora Realda Simone do Amaral, Secretária Municipal de Saúde e vereadores para comporem a Mesa e dar início à apresentação do relatório. A secretária iniciou agradecendo a oportunidade de vir à Câmara para o cumprimento da legislação do Sistema Único de Saúde no sentido de dar transparência dos gastos públicos. Informou que o período de execução é de 1º de janeiro a 30 de abril de 2018, considerando que esse relatório já foi apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, como prevê a legislação. Nesse quadrimestre houve uma aplicação em saúde num percentual de 19,71 do orçamento do município, acima do previsto pela legislação que é de 15%. Considerando sempre que o município, nesse processo de financiamento tripartite do Sistema Único de Saúde, tem sido penalizado no sentido de haver um sub financiamento, tanto por parte do governo federal quanto por parte do estado, o que acarreta a necessidade de o município investir acima do percentual preconizado em saúde do seu orçamento. Salientou que o maior investimento é na manutenção das unidades de saúde e em todas as ações pertinentes à atenção básica, mas que também o município teve investimentos nas outras áreas, como na assistência farmacêutica e vigilância em saúde a partir de média complexidade da atenção hospitalar. Após, colocou-se à disposição para questionamentos. Neimar Parreira falou que é sempre uma alegria receber a Secretária Simone nesta Casa, que tem sempre desempenhado um bom trabalho junto com sua equipe à frente da Secretaria da Saúde em tempos de dificuldades. Disse que não tinha nenhum questionamento a fazer, agradeceu e desejou sucesso no trabalho, sempre com liderança e sabendo escolher bem as pessoas que formam a equipe. Juliano Muller de Oliveira falou que semanalmente está fazendo visitas oficiais para ouvir e conversar com as pessoas sobre a saúde e quis deixar registrado que é vista como a melhor área de atuação governamental, que isso é resultado da competência e dos talentos de toda uma equipe. Questionou se tem alguma diferença daquilo que estava previsto, se tem alguma mudança no serviço em geral que possa ser percebido pela comunidade, que possa ser criticado ou entendido de alguma forma diferente do que estava previsto, como se encontra a questão da saúde num curto prazo e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE IGREJINHA**

daqui para adiante. Simone respondeu que o município está passando por um momento muito complicado de fazer gestão em saúde pública, pois vivenciamos um país que tem uma perspectiva de vida maior e, conseqüentemente, é preciso dar conta das doenças que acometem o envelhecimento das pessoas. A política de saúde pública está escrita que é solidária, construída de forma tripartite, mas na prática não é o potencial visto, como exemplo, informou que foi recebido uma notificação sobre os serviços de hemodiálise, que são contratualizadas com o estado, de que não mais vão atender consultas dos pacientes renais crônicos, apenas oferecer sessões de hemodiálise. Ressaltou que no município há muitos pacientes que necessitam do tratamento e que ainda não sabe como proceder em relação, pois todos aguardam um encaminhamento. Sugeriu que se faça uma ampla discussão sobre a saúde, o dever de cada entidade, para que os munícipes entendam que mudanças assim não são decisão do município. Frisou que saúde é um direito fundamental das pessoas e que deve ser assegurado pelos diversos entes federados através de um financiamento justo e adequado, pois o município não tem condições de bancar as despesas sozinho. Guto Jardel Scherer questionou sobre o andamento das obras no Posto de Saúde do Bairro XV de Novembro. Simone respondeu que a obra já está em fase de término e que uma das grandes dificuldades, causando o atraso, é a liberação das parcelas pelo Ministério, por questões burocráticas do sistema. Guto, ainda, comentou que há um projeto tramitando na Casa sobre a questão das promoções dos enfermeiros e técnicos enfermeiros da secretaria, que na lei atual do plano de carreira fala sobre diploma. Informou que foi apresentado uma alteração, acrescentando o termo certificado, em virtude de que o ministério da educação definiu nas suas normas, que os cursos não presenciais não ganham o diploma, mas, sim, o certificado. Simone disse não ter conhecimento do projeto, mas que já haviam conversado com o RH da prefeitura no sentido de justificar. Gilmar Pereira da Silva solicitou informações sobre a unidade básica de saúde do Loteamento Morada Verde, pois os moradores estão na expectativa de uma revitalização do local. Simone respondeu que nesse momento estão nos processos administrativos para que se consiga fazer a unidade provisória para, posteriormente, iniciar a obra definitiva. Guto questionou sobre os atendimentos, se havia um sistema para interligar os postos de saúde e sugeriu a criação de um aplicativo para a marcação e cancelamento de consultas. Simone respondeu que todos os postos já estão interligados e que só estão com dificuldades no posto do Bairro Lajeado por causa do sinal de internet. Finalizando, o Presidente Clóvis agradeceu a participação e o envolvimento de todos os presentes, renovando o convite para que participem dos demais trabalhos da Câmara de Vereadores. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Audiência Pública e a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

**Vereador Clóvis Claunir Werb - Presidente**

**Vereador Neimar Luiz Parreira - Relator**

**Vereador Carlinhos Michaelsen - Secretário**